

Dinâmicas de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): uma análise a partir de gênero e escolaridade

Judite Sanson de Bem

Moisés Waismann

Rute Henrique da Silva Ferreira

Introdução

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é uma concentração urbana e econômica importante no Brasil e, desde a década de 1960, representou parte significativa da produção industrial do Estado, sendo seguida, muito mais tarde, por municípios da Serra e mesmo do Norte e Nordeste do Estado. De acordo com Soares e Fedozzi (2016), ao longo das décadas de 1970 e 1980, a RMPA caracterizou-se como uma área tipicamente fordista com os problemas decorrentes da rápida concentração de população e infraestruturas econômicas e urbanas no território.

Desde a sua institucionalização, em 1973, a RMPA passou por mudanças em sua organização socioespacial e econômica: de uma estrutura produtiva prioritariamente industrial a uma economia baseada em serviços. Esta dinâmica justifica os ciclos de crescimento ou declínio da mesma através de modificações socioeconômicas, políticas e demográficas, ambiental entre outras.

Assim, observa-se em seu território que até o final dos anos de 1970 há uma concentração de atividades do setor industrial e de serviços. Na década de 1980, houve uma desconcentração frente a outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul (RS), refletindo-se também em seu número de vínculos de trabalho. Em 2020, a RMPA configura-se como uma aglomeração composta por 34 municípios, com cerca de quatro milhões e meio de habitantes, constituindo 38,2% da população total do RS (Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2020).

Paralelo ao processo de redução do peso da indústria na capital Porto Alegre, há um aumento das atividades de serviços e comércio o que se reflete no produto interno bruto (PIB). Concomitantemente, avança o processo de modernização das atividades de comércio, com o surgimento de shopping centers, incremento de grandes redes de supermercados na Capital e especialização no setor de serviços (MAMMARELLA; BARCELLOS; KOCH, 2000).

Assim, a principal pergunta de pesquisa que se pretende responder é:

Quais as mudanças ocorridas no perfil econômico industrial na RMPA no período de sua institucionalização até os anos 2020 e como essas induzem o percurso da força de trabalho?

O objetivo geral deste capítulo é apresentar a evolução da RMPA e os desdobramentos ocorridos com o Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita* e o emprego de 2010 até 2020.

Metodologicamente, utilizou-se de revisão bibliográfica sobre a temática referente a criação das Regiões Metropolitanas, em especial a evolução da Regiões em estudo desde 1973 em diante. Posteriormente, com o uso dos dados do IBGE e o Ministério do Trabalho, foram desenvolvidas as tabelas e figuras com dados das variáveis: PIB, PIB *per capita*, quantidade de estabelecimentos no mercado formal de trabalho, quantidade vínculos, no mercado formal de trabalho, total e por sexo, por escolaridade, selecionadas no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre, entre outros. Assim, o capítulo encaixa-se em uma revisão bibliográfica, com análise por meio da estatística descritiva.

Além dessa introdução, o capítulo está dividido em seções: primeiramente há uma breve caracterização da RMPA, seguida de uma análise de dados sobre as variáveis enumeradas acima, bem como a sua variação ao longo do tempo pesquisado. Por fim, são apresentadas as conclusões e as referências bibliográficas.

A Região Metropolitana de Porto Alegre: caracterização

Caracterizadas como um conjunto de aglomerações urbanas em torno da cidade grande, com a qual desenvolvem uma série de relações, as Regiões Metropolitanas (RM) constituem um sistema socioeconômico (AZEVEDO, 1967). A Constituição de 1967 abriu, no Brasil, a oportuni-

de de instituição das Regiões Metropolitanas. Assim, a Constituição em seu art. 157 §10 estabeleceu:

A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade socioeconômica, visando à realização de serviços de interesse comum (HOTZ, 2000, s.p.).

Ou mesmo,

Na esteira dos ditames constitucionais da década de 60, foram criadas as primeiras nove regiões metropolitanas do país: São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, bem como regulamentado seu funcionamento (Leis Federais Complementares nº 14, de 8 de junho de 1973, e nº 27, de 3 de novembro de 1975, e a Lei Complementar Estadual nº 94, de 29 de maio de 1974) (HOTZ, 2000, s.p.).

A Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, estabeleceu para a RMPA que esta seria integrada por catorze municípios:

§ 3º A região metropolitana de Porto Alegre constitui-se dos municípios de: Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão (BRASIL, 1973).

Já no Art. 5º da Lei, reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região (BRASIL, 1973):

- I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;
- III - uso do solo metropolitano;
- IV - transportes e sistema viário,
- V - produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal;
- VII - outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

No aspecto das regiões metropolitanas, o texto constitucional de 1988 aportou inovações, entre elas ampliou o número de figuras correspondentes às unidades regionais, formalizando as categorias das aglomerações urbanas e microrregiões (HOTZ, 2000).

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 03 de outubro de 1989 em seu Art. 16, enfatiza a importância da região metropolitana:

O Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de seu interesse e de Municípios limítrofes do mesmo comple-

xo geoeconômico e social poderá, mediante lei complementar, instituir região metropolitana, aglomerações urbanas e microrregiões (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RS, 1989).¹

Em 1989, foram integrados mais oito municípios à RMPA (Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Glorinha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão e Triunfo), totalizando vinte e dois àquele momento.

O Quadro 1 mostra a inclusão gradativa de outros municípios e o período correspondente. Já a Figura 1 apresenta o mapa com os 34 municípios da configuração atual da RMPA, com suas respectivas datas de inclusão na RMPA.

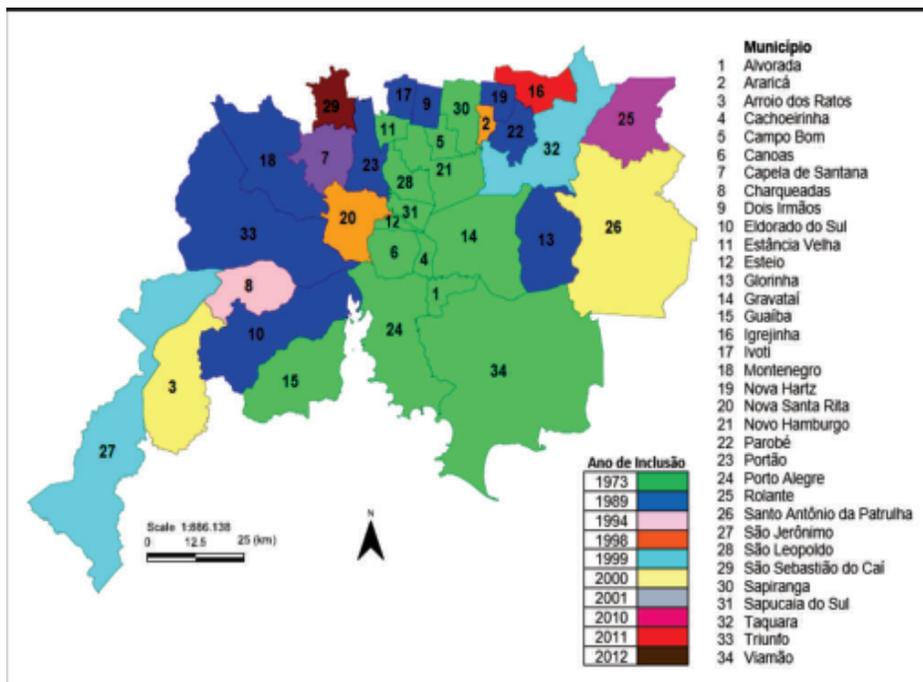
Quadro 1: Região Metropolitana de Porto Alegre: legislação de referência

Instrumento Legal	Criação	Disposição
Lei Estadual Complementar 10.234 Art. 1º	27/07/94	Inclui o município de Charqueadas
Lei Estadual Complementar 11.201 Art. 1º	30/07/98	Inclui os municípios de Araricá
Lei Estadual Complementar 11.198 Art. 1º	23/07/98	Inclui o município de Nova Santa Rita
Lei Estadual Complementar 11.307 Art. 1º	14/01/99	Inclui o município de Montenegro
Lei Estadual Complementar 11.318 Art. 1º	21/03/99	Inclui o município de Taquara
Lei Estadual Complementar 11.340 Art. 1º	21/06/99	Inclui o município de São Jerônimo
Lei Estadual Complementar 11.539 Art. 1º	01/01/00	Inclui o município de Arroio dos Ratos
Lei Estadual Complementar 11.530 Art. 1º	11/09/00	Inclui o município de Santo Antônio da Patrulha
Lei Estadual Complementar 11.645 Art. 1º	28/06/01	Inclui o município de Capela de Santana
Lei Estadual Complementar 13496 Art. 1º	05/08/10	Inclui o município de Rolante
Lei Estadual Complementar 13853 Art. 1º	23/12/11	Inclui o município de Igrejinha
Lei Estadual Complementar 14047 Art. 1º	10/07/12	Inclui o município de São Sebastião do Caí

Fonte: MARTINS, 2015, p. 10.

¹ Outras informações sobre a evolução da RMPA podem ser obtidas em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/14172115-governanca-na-regiao-metropolitana-pa-cristina-martins-evento-1-25-09-2015.pdf>.

Figura 1: Região Metropolitana de Porto Alegre: configuração atual com base nas legislações do Quadro 1



Fonte: Elaborado pelos autores com base na Constituição Estadual do RS, Lei Complementar Federal 14/73, Leis Complementares Estaduais e Martins (2013).

Observa-se que, progressivamente, a RMPA cresce em quantidade de municípios, bem como em produção e emprego.

Na próxima seção, serão analisadas as mudanças ocorridas no perfil econômico industrial na RMPA no período de sua institucionalização até os anos 2020 e como essas induzem o percurso da força de trabalho.

Análise dos dados selecionados da Região Metropolitana de Porto Alegre

Nesta seção, são descritas informações sobre alguns elementos para que se possa contextualizar a RMPA. Apresentam-se o valor do Produto Interno Bruto, o Produto Interno Bruto *per capita* e a população, bem como a sua variação ao longo do tempo pesquisado. Também são apresentados

dados sobre o mercado de trabalho, no que diz respeito aos estabelecimentos no mercado formal de trabalho, considerando

A Tabela 1 mostra o Produto Interno Bruto (em milhões de Reais), o Produto Interno Bruto *per capita* (em mil Reais) e a população (em mil) no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre, nos anos de 2010 até 2016.

Tabela 1: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, a preços correntes (R\$ 1.000.000), e população

Ano	PIB	PIB <i>per capita</i>	População
2010	172.265,34	1.536,63	4.033
2011	173.287,01	1.500,28	4.051
2012	176.773,80	1.521,40	4.070
2013	194.100,76	1.611,29	4.221
2014	191.925,56	1.550,90	4.240
2015	189.455,72	1.550,82	4.259
2016	189.621,76	1.521,71	

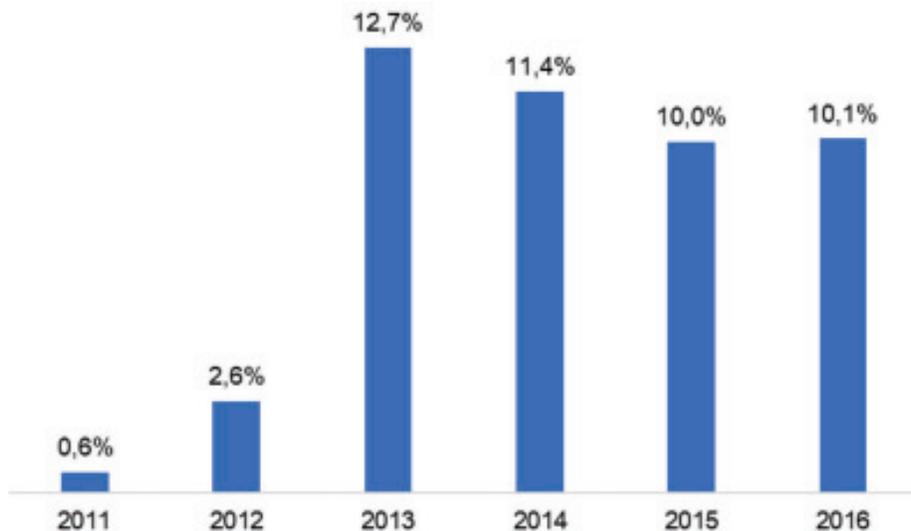
Fonte: Elaborado pelos autores a partir IBGE – SIDRA (2022).

Nota: Valores Corrigidos pelo IGP-M para dezembro/2018.

Observa-se que o PIB passa de R\$ 172.265,34 milhões no ano de 2010 para R\$ 189.621,76 milhões no ano de 2016, um crescimento quando olhado em relação a 2010, porém uma queda quando percebido que no ano de 2013 atingiu R\$ 194.100,76. Quando se observa o PIB *per capita*, verifica-se que sai de R\$ 1.536,63 em 2010, chega a R\$ 1.611,29 em 2013 e recua para R\$ 1.521,71 no ano de 2016. Já a população cresceu em todo o período estudado, chegando a 4.259 mil no ano de 2015. Na sequência, são apresentadas outras perspectivas sobre estas informações.

A Figura 2 apresenta a variação do Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Porto Alegre no período de 2010 até 2016, e a Figura 3 a variação do Produto Interno Bruto *per capita* da RMPA no mesmo período. Já a Figura 4 evidencia a variação da população da Região Metropolitana de Porto Alegre no período de 2011 até 2015, todas calculadas tendo como base o ano de 2010 como referência. O objetivo da ilustração é verificar como estão distribuídas essas variáveis ao longo do tempo.

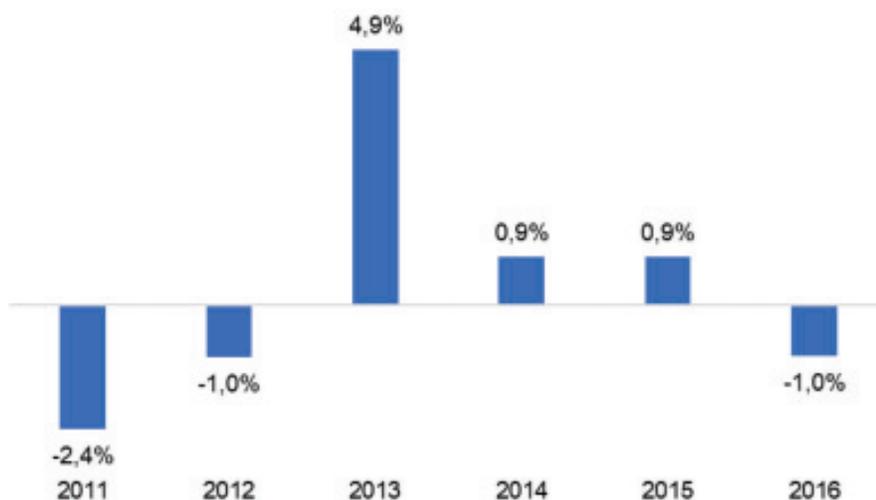
Figura 3: Variação do Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Porto Alegre no período de 2010 até 2016



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Sidra/IBGE, 2022.

Nota: Valores Corrigidos pelo IGP-M para dezembro/2018.

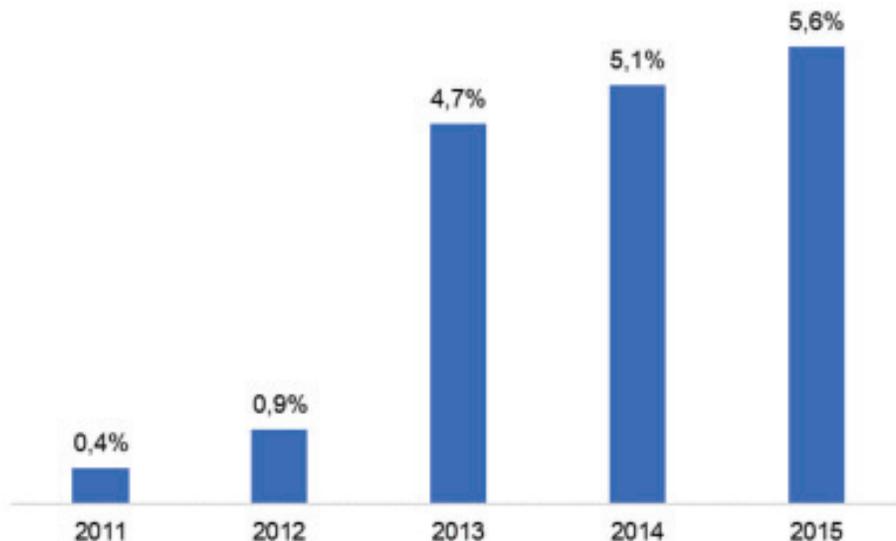
Figura 4: Variação do Produto Interno Bruto e do Produto Interno Bruto *per capita* da Região Metropolitana de Porto Alegre no período de 2010 até 2016



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Sidra/IBGE, 2022.

Nota: Valores Corrigidos pelo IGP-M para dezembro/2018.

Figura 5: Variação da população da Região Metropolitana de Porto Alegre no período de 2011 até 2015



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Sidra/IBGE, 2022.

Quando se observa a variação do Produto Interno Bruto da RMPA no período de 2011 até 2016, comparado ao ano de 2010, percebe-se que sempre ocorreu aumento, porém a taxa de crescimento não foi constante ao longo do período estudado. Houve um crescimento nos primeiros três anos, atingindo o seu maior crescimento em 2013, com 12,7%, e, a partir desse ponto, as taxas de crescimento diminuem, apresentando uma leve recuperação no último ano da série estudada. Já o Produto Interno Bruto *per capita* da RMPA no período de 2011 até 2016, comparado ao ano de 2010, há um comportamento diferente, visto que é majoritariamente negativa a sua taxa de crescimento, excetuando o ano de 2013, em que cresceu 4,9%. No que diz respeito à população, ela apresenta crescimento sustentável e ascendente ao longo do período, chegando a 5,6% quando comparado a 2010.

Em relação ao mercado de trabalho, a Tabela 2 apresenta a quantidade de estabelecimentos, no mercado formal de trabalho, no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020. O objetivo é analisar o desempenho da distribuição da variável ao longo do tempo de estudo.

Tabela 2: Quantidade de estabelecimentos, no mercado formal de trabalho no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020

	1985	1990	2000	2005	2015	2020
Indústria	5.960	7.953	9.889	11.748	13.542	11.170
Construção Civil	780	1.406	3.571	2.854	5.684	4.806
Comércio	12.307	15.012	25.139	31.185	37.503	31.609
Serviços	16.598	16.705	32.793	35.566	46.050	42.872
Agropecuária	241	504	1.371	1.386	1.342	1.051
Total	36.527	46.773	72.771	82.739	104.121	91.508

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em: <http://pdet.mte.gov.br>.

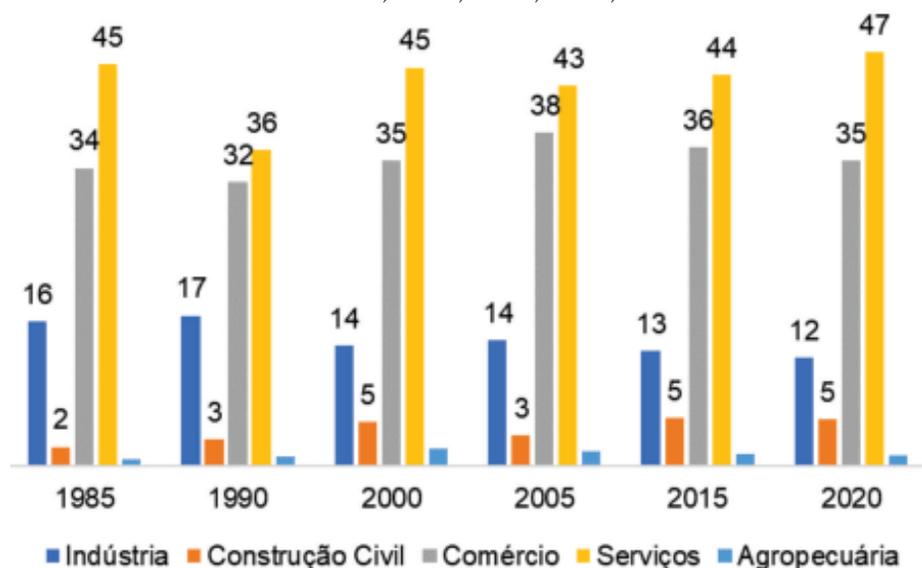
Nota: Nos anos de 1985, 1990 e 2000 no total estão incluídos os estabelecimentos não classificados.

Ao olhar a tabela, é possível perceber que, ao longo dos anos selecionados, o total de estabelecimentos cresceu até o ano de 2015; no ano de 2020, talvez devido à pandemia da Covid-19², ocorreu uma queda. Também é verdade que a grande maioria está vinculado ao setor de serviços, seguido pelo de comércio e, em terceiro, pelo setor da indústria. Chega-se ao ano de 2020 com 91 mil estabelecimentos no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A Figura 6 apresenta a proporção de estabelecimentos, no mercado formal de trabalho, total no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020. O objetivo é analisar o desempenho da distribuição da variável ao longo do tempo de estudo.

² A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) inicia na China e rapidamente se espalha pelos demais países. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, decretou que a infecção causada pela Covid-19 era uma pandemia. No Brasil, o Distrito Federal foi a primeira UF a implementar medidas de distanciamento social, em 11 de março de 2020. As demais UF concretizaram essas medidas no período de 13 a 28 de março de 2020. O rigor dessas medidas variou de acordo com a realidade de cada UF, sendo umas mais rigorosas que outras (MARTINS; GUIMARÃES, 2022).

Figura 6: Proporção de estabelecimentos, no mercado formal de trabalho total no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em: <http://pdet.mte.gov.br>.

É nítido, ao observar a Figura 6, que o setor econômico predominante na RMPA é o de serviços, que passou de 45% no ano de 1985 para 47% no ano de 2020. O setor do comércio também cresce proporcionalmente, passando de 34% para 35% no mesmo período do estudo. Já a indústria tem um recuo, passando de 16% para 12%.

A Tabela 3 apresenta a quantidade vínculos, no mercado formal de trabalho total e por sexo e por escolaridade selecionada no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020. O objetivo da ilustração é verificar como estão distribuídos os vínculos no que diz respeito ao cruzamento dessas duas variáveis.

Tabela 3: Quantidade vínculos, no mercado formal de trabalho, total e por sexo, por escolaridade selecionada no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020

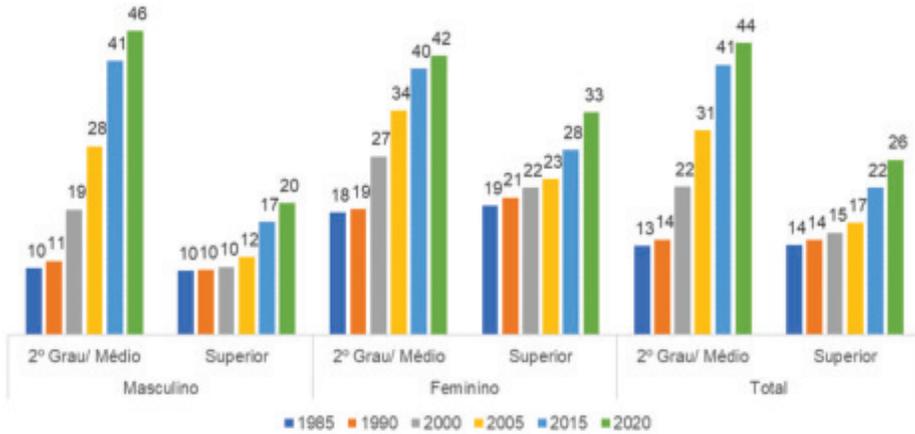
Sexo	Escolaridade	1985	1990	2000	2005	2015	2020
Masculino	2º Grau/ Médio	50.538	59.283	97.893	170.053	298.725	301.390
	Superior	48.602	52.036	53.079	70.025	123.093	130.901
	Total	505.348	533.708	519.848	599.439	725.610	659.276
Feminino	2º Grau/ Médio	61.756	72.032	107.163	161.851	265.565	248.784
	Superior	65.195	78.709	88.350	112.373	184.387	198.484
	Total	335.213	381.376	399.570	480.306	663.178	592.954
Total	2º Grau/ Médio	112.294	131.315	205.056	331.904	564.290	550.174
	Superior	113.797	130.745	141.429	182.398	307.480	329.385
	Total	840.561	915.084	919.418	1.079.745	1.388.788	1.252.230

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em: <http://pdet.mte.gov.br>.

Analisando a ilustração, observa-se que, ao longo dos anos pesquisados, a quantidade de vínculos no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre cresceu até o ano de 2015. No ano de 2020, talvez devido à pandemia da Covid-19, já explicada na nota de rodapé 2, ocorreu uma queda. Isso percebe-se no total, nos vínculos masculinos e femininos, nas escolaridades selecionadas. No ano de 2020, tinha-se 1.252.230 postos de trabalho com carteira assinada; a quantidade de vínculos com o ensino médio supera os que possuem escolaridade superior. Assim como a quantidade de homens é maior que a quantidade de mulheres no mercado de trabalho na região.

A Figura 7 evidencia a proporção da quantidade vínculos, no mercado formal de trabalho, total e por sexo, por escolaridade selecionada no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020. A intenção da ilustração é evidenciar o percurso de como estão distribuídos os vínculos no que diz respeito ao cruzamento dessas duas variáveis.

Figura 7: Proporção da quantidade vínculos, no mercado formal de trabalho, total e por sexo, por escolaridade selecionada no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020

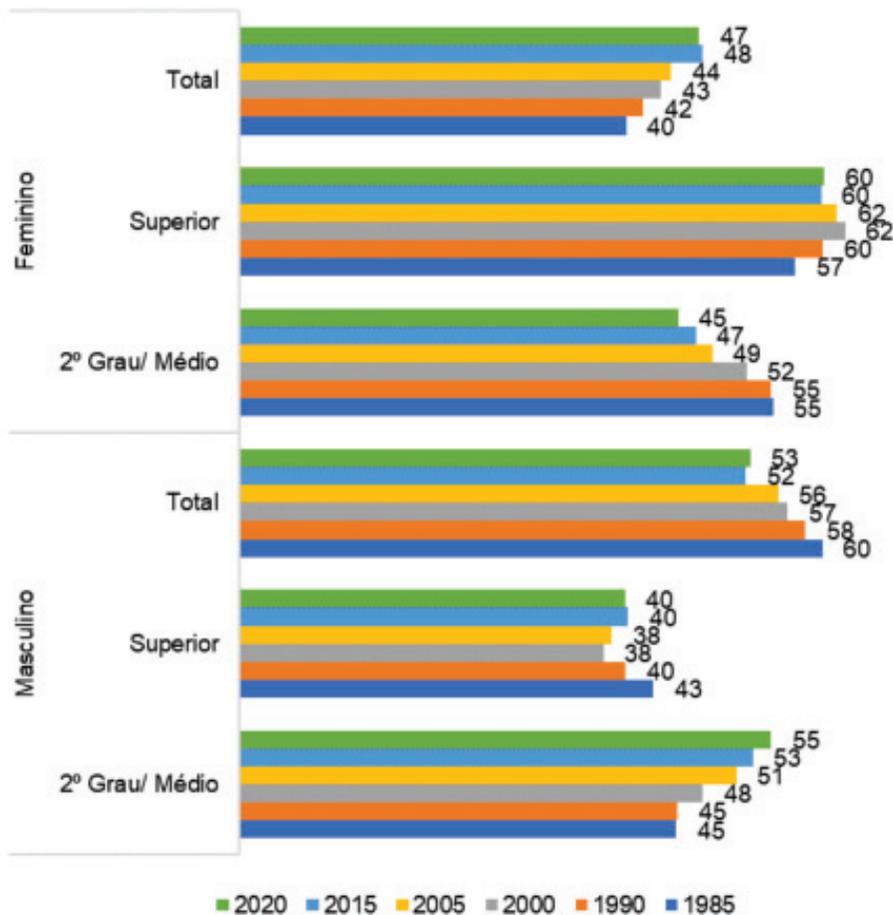


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em: <http://pdet.mte.gov.br>.

Os vínculos masculinos concentram os postos de trabalho com ensino médio, passando de 10% em 1985 para 46% no ano de 2020. Já os escolarizados com ensino superior passam de 10% para 20% no mesmo período. Quanto aos vínculos femininos, verifica-se que possuem mais escolarização, se comparados aos masculinos. Quando se olha o ensino médio, saem de 18% em 1985 para 42% em 2020, e de 19% para 33% no mesmo período. A Região Metropolitana de Porto Alegre tinha, em 1985, 13% com ensino médio e 14% com ensino superior, chegando em 2020 com 14% de ensino médio e 26% dos vínculos com ensino superior.

A Figura 8 evidencia a proporção da quantidade vínculos, no mercado formal de trabalho, total e por sexo, por escolaridade selecionada no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020. O propósito da ilustração é apresentar o itinerário dos vínculos ao longo do período do estudo.

Figura 8: Proporção da quantidade vínculos, no mercado formal de trabalho, por sexo sobre o total, por escolaridade selecionada no conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1985, 1990, 2000, 2005, 2015 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em: <http://pdet.mte.gov.br>.

Nota-se, na Figura 8, que os homens são maioria no mercado de trabalho formal, ao mesmo tempo que as mulheres se concentram na escolaridade superior.

Considerações finais

Embora tenhamos a institucionalização das Regiões Metropolitanas no início da década de 1970, mais precisamente em 1973, somente nos anos de 1980 os estudos começaram a entender a dinâmica e a importância desses aglomerados no território nacional, e no caso no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo do período de 1985 até 2020, observou-se que a variação do PIB foi superior à variação percentual da população e isso mostra que houve um aumento do PIB *per capita*, ou seja, um aumento da divisão do bolo individual.

Também é perceptível que na Região Metropolitana de Porto Alegre o crescimento da indústria foi de mais de 100% em se tratando de quantidade de estabelecimentos no período em estudo, mas no comércio e serviços este percentual é muito superior: mais de 150% em ambos.

Quanto ao movimento dos vínculos de trabalho, pode-se afirmar que são mais tímidos: a variação ao longo deste período foi de 49%, muito inferior ao número de estabelecimentos e menor ainda que o PIB, e o PIB *per capita*. Estas modificações mostram que a perda de participação da indústria para o comércio e serviços resultou em uma menor necessidade da quantidade de vínculos, ou seja, as tecnologias sucessivas são poupadoras de mão de obra.

Também é perceptível que a maior proporção dos vínculos é do sexo masculino, embora com 2º grau completo, enquanto as mulheres são a maioria com ensino superior. Esse dado é importante quando são realizadas comparações entre setores, o que significa dizer que os setores que mais empregam exigem menor nível de escolaridade, dado que o maior número de vínculos é masculino e apenas com ensino médio.

Assim, resta entender por que essas breves considerações são importantes para a RMPA. Entre elas, pode-se enumerar a extensão em área, em se considerando o número de habitantes, o crescimento do setor terciário e a desindustrialização dela, a fuga de empresas para outros locais, e talvez a possibilidade de empobrecimento.

Referências

ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 5. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>. Acesso em: 29 dez. 2022.

AZEVEDO, Eurico Andrade. Instituição de regiões metropolitanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 79/80, p. 121-200, jul./dez. 1967.

BRASIL. *Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973*. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília, DF: Diário Oficial da União – Seção 1 – 11/6/1973, p. 5.585 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-14-8-junho-1973-367020-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

HOTZ, E. F. A organização metropolitana pós-constituição de 1988. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 91-98, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Textos para discussão FEE N° 112*. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2013. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/tds/112.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. Governança Metropolitana na Região Metropolitana de Porto Alegre: Arranjo Institucional de Gestão Metropolitana e Funções Públicas de Interesse Comum – FPIC. *Núcleo de Políticas Públicas CEES/FEE, 2015*. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/14172115-governanca-na-regiao-metropolitana-pa-cristina-martins-evento-1-25-09-2015.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MINISTÉRIO do Trabalho. *PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho*. Ministério da Economia, Brasília. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2022.

HOTZ, Eduardo Fontes. A organização metropolitana pós-constituição de 1988. São Paulo. *Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, out./dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/JCfV5RGVkmrh6gGhxYwDyq/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tanya M. de; KOCH, Miriam Regina. Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 94-112. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1709>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MARTINS, Thalyta Cassia de Freitas; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe, p. 265-280. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E118>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Texto constitucional de 3 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1991, a 82, de 2022. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3D&tabid=3683&>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; FEDOZZI, Luciano Joel. Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea. *Sociologias*, v. 18, n. 42, p. 162-197, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004206>. Acesso em: 29 dez. 2022.